Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

2ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Gestão 2023-2025]

Data: 04 e 05 de abril de 2023
Local: Microsoft Teams (remota)

Abertura, saudação e informe sobre pauta da 2ª Reunião Plenária Ordinária de 2023. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que o Plenário apresenta quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião apresentando a pauta prevista para os trabalhos. **Pauta Proposta**: [04/04/2023] Mesa de abertura e boas-vindas; Apresentação e aprovação de proposta de agenda; Breve apresentação sobre histórico, instâncias e funcionamento do Consea; Apresentação das etapas de preparação da 6ª CNSAN; Atualização das iniciativas e ações do governo em relação ao Pacto contra Fome e outras iniciativas; Apresentação da Resolução sobre Observadores 2023; Orientações sobre as reuniões das Comissões Permanentes e Comissão de Presidentes Estaduais; Solução de dúvidas; Reunião das Comissões Permanentes do Consea e da Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de SAN; [05/04/2023] Apresentação da síntese das CPs e CPCE; Instalação da Mesa Diretiva (composta por coordenadoras/es de CPs e CPCE); Instalação da Comissão Organizadora da 6a CNSAN; Aprovação da resolução sobre observadores do Consea; Indicação de 5 conselheiras/conselheiros para representação no Fórum Interconselhos; Orientações quanto à próxima Plenária; Encerramento. **Ponto de Pauta: Mesa de Abertura e boas-vindas**. A Presidenta do Consea ponderou sobre a inauguração de reuniões virtuais que serão utilizadas devido à restrição orçamentária, relembrou que foi solicitado reajuste desse orçamento, porém não será suficiente segundo o ritmo e o volume de reuniões necessárias até o final do ano de 2023. A Sra. Elisabetta Recine leu um trecho do livro *Radicalmente Vivos*, uma coletânea de algumas manifestações de Ailton Krenak. A Presidenta recitou parte do capítulo intitulado: "O que nós estamos fazendo aqui", expressou que seria importante refletir e utilizar a analogia abordada no trecho do livro - que estamos entrando em outro mundo, onde podemos recriar uma nova realidade. Na sequência, a Presidenta informou que a Secretaria-Executiva contará com a Assessora Técnica, Sra. Priscila Bocchi, e com a Assessora Administrativa, Sra. Patrícia Nobre. Destacou que a Secretária-Executiva do Consea, Sra. Marília Leão, e o Coordenador-Geral, Sr. Marcos Lopes, trabalharam intensamente para a realização da Plenária. Citou os participantes do grupo de trabalho que organizaram a Plenária: Sra. Vanessa Schottz, da Comissão Permanente 3 (CP 3), Sra. Inês Rugani Ribeiro de Castro, da Comissão Permanente 2 (CP 2), Sra. Mariana Santarelli, da Comissão Permanente 1 (CP 1), Sr. Jean Pierre, da Comissão Permanente dos Conselhos Estaduais (CPCE), Sr. Antônio Ricardo Domingos da Costa (nome social: Dourado Tapeba), da Comissão Permanente 6 (CP 6), Sra. Fernanda Souza de Bairros, da Comissão Permanente 5 (CP 5), e Sra. Daniela Sanches Frozi, da Comissão Permanente 4 (CP 4). **Ponto de Pauta: Apresentação e aprovação de proposta de agenda**. A Presidenta do Consea leu a pauta da Plenária com o conteúdo da manhã. Informou que o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Márcio Macêdo, foi convidado, porém a agenda não possibilitou sua presença na abertura. Reafirmou que no período da manhã seria organizado o trabalho vespertino. Convidou as CPs e a CPCE para identificarem suas representações nas diferentes subcomissões de preparação e reafirmou que necessitariam ter certeza da disponibilidade antes de comprometer-se. Reafirmou que a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) faria uma atualização das iniciativas e ações de Governo em relação ao Pacto Contra a Fome, e também, outras iniciativas, na apresentação compartilhada entre alguns ministérios para que os participantes ficassem a par do que ocorreu desde março até a data da reunião. Relembrou a aprovação da Resolução que regulamenta e indica os parâmetros

dos encontros virtuais. Expôs que a carga horária não pode ser menor, pois necessitava definir o básico, criar um ritmo de trabalho, assim como elaborar as propostas e incidir as demandas. A Presidenta do Consea colocou que enviou um arquivo para ser aprovado na reunião do dia seguinte, indicando que a Resolução foi necessária porque a demanda para Observadores do Consea excedeu as expectativas, então dentro do Grupo de Trabalho (GT) de organização fizeram uma análise prévia dos critérios de inclusão que seria apresentada no encerramento do dia 5, com as orientações escolhidas na reunião. Informou que a ideia não seria a de um debate propositivo, mas de um período de esclarecimento. Organizou rapidamente a distribuição das pessoas para as CPs escolhidas, e os presidentes para uma reunião em comum; além de ter informado os horários limites das reuniões e o local. Reafirmou que o conteúdo desta Plenária tratava de instalar a Mesa Diretiva, a Comissão Organizadora da 6ª Conferência, orientar sobre a próxima Plenária e fazer a deliberação sobre a Resolução de observadores do Consea. Questionou a existência de alguma consideração ou ressalva à proposta feita, passou a palavra para a Sra. Tereza Nelma da Silva Porto Viana Soares, convidada do Governo, do Ministério da Pesca e Aquicultura, que indagou a questão dos horários, e a Presidenta Elisabetta Recine indicou que o período da manhã seria até às 12h00, e o período da tarde, utilizado apenas no dia 04 de abril, até às 16h00, podendo terminar antes. Deste modo, a pauta foi aprovada. **Ponto de Pauta: Breve apresentação sobre histórico, instâncias e funcionamento do Consea**. A Presidenta do Consea passou a palavra para a Secretária-Executiva do Consea, Sra. Marília Leão. Na sequência, ocorreu uma breve apresentação sobre o histórico, as instâncias e o funcionamento do Consea. A Secretária-Executiva iniciou ponderando que por ser a inauguração de uma nova maneira de fazer a Plenária existiriam imperfeições a serem corrigidas, e fez a observação de que houve uma renovação de mais da metade dos nomes dos representantes das organizações que hoje compõem a sociedade civil do Consea, e que não são as mesmas que estavam presentes em 2018, e que todos participaram dessa pactuação, mas vários nomes foram alterados. A Secretária-Executiva achou importante compartilhar informações estratégicas e uteis para que os conselheiros, tanto da sociedade civil quanto do Governo, possam exercer sua participação e uma atuação bem informada e ativa a partir dos regramentos. Iniciou a explicação do funcionamento do Consea informando que a base legal é robusta, sendo a principal a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que garantiu a alimentação como um direito social, e complementou sua fala com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), assim como toda a estrutura atual do campo de segurança alimentar e nutricional. Falou sobre o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre o funcionamento do Consea, e informou que, após um estudo jurídico, optou-se por não revogar o Decreto nº 6272, pois considerou-se que ele era atual e importante. Reforçou que a Resolução nº 01, de 25 de março de 2013, que aprovou o Regimento Interno do Consea está válida. Colocou que, em 2023, com o Presidente Lula, o novo governante do país organizou os órgãos dos ministérios e a Presidência da República realocando e reinstalando o Consea como um órgão assessor do Presidente da República, assim como a criação da Secretaria-Executiva e dos cargos do Consea. Informou que o Decreto nº 11.363/2023 criou a Secretaria-Executiva e os seus cargos, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República. Citou também o Decreto nº 11.422, de 28 de fevereiro de 2023, que atualizou

a Caisan, tratando-se de um decreto novo, importante e recém aprovado, pois espelha a representação governamental no Consea. Explicou que a Medida Provisória (MP) que organiza o Governo Federal a partir de 1° de janeiro 2023, integra o Consea como um dos órgãos de assessoramento direto ao Presidente da República, e sua Secretaria-Executiva integra a Secretaria-Geral da Presidência da República. Mostrou uma apresentação gráfica tentando representar a governança para terem uma ideia da dimensão das instâncias no âmbito federal, estadual e municipal. Explicou que o Sisan é o sistema que abrange as políticas públicas que estão no campo da soberania e da segurança alimentar, sendo que a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) é considerada a cabeça de chave, um órgão superior que emana as diretrizes para que tanto o Governo, representado pela Caisan (que integra os ministérios setoriais), quanto o Consea se unam para apresentar e preparar a Política e o Plano. O Consea e a Caisan são instâncias que dão concertação entre Sociedade e Governo, assim como Governo com Governo. O Consea é composto por 1/3 (um terço) de representantes governamentais e 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil, com quórum de 60 conselheiros(as), onde 40 são da sociedade civil e 20 dos ministérios, com seus respectivos suplentes, além de 4 ministérios convidados permanentes. Em relação à divisão de gêneros da sociedade civil, há maioria de mulheres, totalizando 58,75% das vagas. Apresentou que houve a renovação de 55% dos representantes de 2018, mantendo-se as mesmas organizações de outrora. A composição do Governo tem 35% de mulheres e 65% de homens. Em relação aos Conseas estaduais, a Secretária-Executiva informou que os dados não estão disponíveis e, em função disso, em breve o Consea fará uma pesquisa para conhecer os conselheiros e conselheiras estaduais, com autorreferências, e considerando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP). Explicou que a composição do Consea Nacional é feita a partir de indicação por meio de critérios e diretrizes aprovados na Conferência, existindo uma Comissão de Transição para zelar, criar e fazer consultas às organizações, e, após, ocorre a preparação da lista para apresentação ao Presidente da República, que aprova e faz um decreto com a nomeação desses conselheiros da sociedade civil que representarão suas respectivas organizações. Comunicou que, caso o conselheiro se retire da organização pertencente por qualquer motivo, este necessita comunicar ao Consea, pois a vaga é da organização, que terá que indicar outro representante. Reforçou que os conselheiros que forem representar o Consea em eventos, necessitam ter em mente que seus pronunciamentos reflitam o posicionamento pactuado pelo Plenário ou por Comissões Permanentes do Consea, e não os posicionamentos individuais ou da própria organização. O uso do nome, do apoio ou da logo do Consea para ser usado em eventos, seminários, cartazes ou convites precisa ser previamente pactuado com a Mesa Diretiva ou Plenário, uma vez que o fato de estar como conselheiro não confere o direito de usar a logo sem comunicar o coletivo, especialmente em casos em que possam existir conflitos de interesse. A Secretária-Executiva se comprometeu a fazer um informativo, provavelmente bimensal, a cada Plenária, de todas as participações e todas as representações que o Consea e os conselheiros fizerem naquele período. O regimento interno também prevê a destituição de conselheiras e conselheiros por prática de ato incompatível à função e ausência motivada e não justificada em três reuniões consecutivas. O Plenário votante atual do Consea tem um quórum de sessenta (60) membros titulares, sendo quarenta (40) da sociedade civil e vinte (20) do Governo. A Reunião Plenária Ordinária é convocada pela

Presidência, que pode solicitar ajuda da Mesa Diretiva para organizar e para presidir a mesma. O suplente, assim como o titular, tem direito apenas a voz, e vota quando estiver no exercício da titularidade; os demais participantes do Consea têm direito apenas a voz. Informou que atualmente o foco do trabalho é na reativação e aprovação das Comissões Permanentes que trabalharão nos próximos tempos. Essas comissões devem ter, segundo o regimento, um coordenador e um vice-coordenador, ambos da sociedade civil, bem como um relator, que pode ser escolhido a cada reunião podendo ser tanto representante de governo quanto da sociedade civil. A Mesa Diretiva está prevista no Regimento, com a função principal de apoiar a Presidência no funcionamento do Consea, democratizando e ampliando a participação de mais pessoas no processo de gestão do Consea. Ou seja, composta pelos coordenadores das CPs, então isso faria com que as CPs possam por meio do seu coordenador participar das pautas, do planejamento e das ações estratégicas. A composição da Mesa deve ser realizada pelo Presidente do Consea, pelos coordenadores das comissões, pelo Coordenador da Comissão de Presidentes dos Conselhos Estaduais (CPCE), pelo Secretário-Geral do Consea ou por seu representante, pela Secretaria-Executiva do Consea e pela Secretaria-Executiva da Caisan. O Decreto e o Regimento preveem que a Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais tem o papel de articular a esfera Federal, o Consea Nacional com o Sisan nos Estados, a participação social e os Conseas estaduais. Os objetivos são: contribuir para construção do Sisan, do plano e da política de SAN nos estados, fomentar a articulação entre os conselhos estaduais e um coletivo de debate, de concertação entre a sociedade civil e o Governo, entre os Conseas estaduais, debater temas nacionais e difundidos nos estados e nos debates do Consea Nacional, contribuir com projetos de SAN nos estados e municípios, e trazer ao debate no Consea Nacional os temas que são importantes nos estados e municípios. Sobre a composição e o funcionamento da CPCE: coordenador e dois vice-coordenadores, com indicação pelo coletivo da CPCE, devendo participar em sistema de rotatividade entre as macrorregiões; se o coordenador da CPCE deixar de exercer a sua função de Presidente do Consea Estadual, deve encerrar seu mandato como Coordenador da Comissão e informar o Consea Nacional para manter o fluxo de informações; o mandato previsto de Coordenação da Comissão é de um ano facultada a recondução do Coordenador uma (1) única vez, e tem que ser observada também a renovação da Coordenação de dois terços (2/3) a cada ano, de modo a permitir a participação de todas as macrorregiões a cada cinco (5) anos, sendo então três (3) coordenações na CPCE. Ressaltou sobre disponibilidade orçamentária que a Secretaria-Executiva do Consea busca apoiar alguma dificuldade, e havendo essa disponibilidade também pode contribuir com o deslocamento e a vinda de presidentes estaduais. Quanto aos Informativos do Calendário: acrescentado uma Plenária Extraordinária, a previsão da Conferência seria para 12 a 15 de dezembro de 2023, e seria enviada, após confirmação, por e-mail. Em seguida, ocorreu a apresentação dos integrantes do Consea: Secretária-Executiva Marília Leão, Coordenador-Geral Marcos Lopes, Assessoras Técnicas Priscila Bocchi e Tatiane Nunes (Gestora Governamental do Ministério da Saúde), Assessora Administrativa Patrícia Nobre (Servidora da Caixa Econômica Federal), e Assessora Administrativa July Ayalla. **Ponto de Pauta: Apresentação das etapas de preparação da 6ª CNSAN**. Em seguida, ocorreu a apresentação das etapas da preparação da 6ª CNSAN. O Coordenador-Geral do Consea, Sr. Marcos Lopes, retomou a pauta informando que houve a Convocatória para 6ª Conferência Nacional, aprovada pela 1ª Plenária Ordinária

do Consea, no dia 02/03/2023; e, uma vez aprovada pelo Plenário do Consea, ela segue por meio de uma Exposição de Motivos para a Presidência da República, para que a partir dali, seja de fato deflagrado o processo de organização. Registra-se o encaminhamento à Presidência da República, com a convocação para os dias 12 a 15 de dezembro de 2023, em Brasília/DF, e o cronograma preliminar da 6ª Conferência prevê, entre outras etapas, a realização de Conferências municipais, territoriais, livres, encontros temáticos e atividades autogestionadas, no período entre abril à julho de 2023; e, a realização de etapas estaduais: de julho à outubro de 2023, e a sistematização de todas as Conferências no mês de novembro, com realização da etapa Nacional em dezembro de 2023, com possibilidade de revisão e reajuste. Sendo a sugestão da Plenária após as indicações das comissões permanentes durante a tarde. Quanto à composição da Comissão Organizadora, segue-se: Comissão Executiva por uma *Subcomissão de Metodologia e Conteúdo*, essa Subcomissão com seis (06) conselheiros e conselheiras, titulares e suplentes indicados pela sociedade civil, sendo um conselheiro e conselheira indicados por titular, e uma suplente, indicada por cada uma das comissões permanentes, dois conselheiros e conselheiras do Governo que não vêm indicados pela CP, mas sim pela Caisan. Além desta Subcomissão ser responsável por propor para a Comissão Organizadora e para o Plenário do Consea a metodologia, os documentos de trabalhos, documentos-base e os insumos e subsídios para o material de comunicação; *Subcomissão de Comunicação*, o processo de composição similar ao da anterior, onde cada CP indica um titular e um suplente totalizando seis (06) conselheiros e conselheiras civis, e a Caisan indica dois (02) conselheiros e conselheiras do Governo; esta subcomissão, seria responsável por gestão das sedes, produção dos materiais de comunicação, apoio da assessoria de imprensa, mobilização dos estados, municípios, grupos temáticos, segmentos populacionais, para organizarem atividades autogestionadas, Conferências livres - relembrou que no debate da 1ª Plenária surgiu a necessidade de inovar esta última responsabilidade, a de mobilização; *Subcomissão de Infraestrutura e Captação de Recursos*, o processo de composição segue o mesmo das outras subcomissões, sendo esta responsável por pensar toda a infraestrutura, locação de espaço, gestão dos contratos, licitação do contrato e captação de recursos. Ressalta-se que foi mencionado pelo Ministro Márcio Macêdo, e também pela Secretária-Executiva Marília Leão na 1ª Plenária, no debate sobre a 6º Conferência, de que ainda não havia previsão orçamentária para a organização da Conferência neste ano, existindo mais limitações, como: o aspecto fiscal e a pressão orçamentária, reforçou a importância de recurso complementar ao orçamento, enfatizou, também, a fala da Presidenta Elisabetta Recine, quando disse que ao se dispor para participar da comissão organizadora, é muito importante que conselheiros e conselheiras tenham em mente as próprias habilidades, afinidade temática, mas sobre tudo a disponibilidade de tempo. A Comissão Organizadora deve propor objetivos gerais e específicos, os eixos centrais da 6ª Conferência, propor o tema e o lema da referida Conferência, propor um regulamento, regimento interno, elaborar informes periódicos para a Mesa Diretiva, para a Plenária, para a Caisan, para os estados e para os municípios. Relatou que há necessidade de obtenção de informações relativas à Caisan, aos estados e municípios. Passou, então, a palavra para a Presidenta Elisabetta Recine, que relembrou os motivos da instalação de uma Comissão Organizadora, devido ao tempo curto e aos anos passados quando não foram realizadas as Conferências, comentou sobre o orçamento, a equipe reduzida e outras questões, porque entende que essa conjuntura deveria ser

colocada na mesa para a tomada de decisões, ou propostas para serem encaminhadas à Plenária que vão viabilizar o processo de uma realidade que está dada. **Ponto de Pauta: Atualização das iniciativas e ações do governo em relação ao Pacto contra Fome e outras iniciativas**. A Presidenta do Consea passou a palavra à Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Sra. Valéria Torres Amaral Burity, que discorreu sobre o Sisan e atualizações sobre a Caisan, assim como o diálogo junto aos estados. Em seguida, continuou a atualização das iniciativas e ações do Governo em relação ao Pacto contra a Fome e outras iniciativas, destacando a importância das próximas falas da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Sra. Lilian dos Santos Rahal, e da Sra. Solange Fernandes de Freitas Castro, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educacional no Ministério da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC). A Sra. Valéria Burity destacou a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do reajuste do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com 24 ministérios, ressaltou a presença do Ministério do Planejamento, Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de Relações Exteriores (MRE), Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), Ministério das Cidades e FNDE. Explicou acerca das atribuições que foram dadas pelo decreto do MDS de cuidar da gestão do Sisan e do monitoramento da política de segurança alimentar e da situação de segurança alimentar e nutricional. Disse que dentro do Sisan vem sendo pautado o que se pretende, desafios, proposições, marcos legais para retomada da estrutura original da Losan, restituição do Consea, a convocação da 6ª Conferência, reinstalação da Caisan, e que ocorreram duas reuniões, incluindo a presença de representantes de aproximadamente dezoito ministérios e do Consea. Foram criados cinco grupos de trabalho: grupo internacional liderado pelo MRE; foi proposto pelo Ministério da Saúde, um grupo para discutir essa questão de segurança alimentar em situações de calamidades e emergências; um grupo de compras públicas com a coordenação do MDS para fortalecimento de compras públicas; um grupo liderado pela Sisan sobre segurança alimentar nutricional em ambientes urbanos; um grupo para discutir conflitos de interesses, no campo de segurança alimentar e nutricional. Além disso, foi recriado no campo de relação e pacto federativo, onde estabeleceu uma metodologia de diálogos virtuais, e levantamento sobre a situação desses anos. Apontou que o MDA se colocou à disposição para em uma próxima Plenária apresentar o que vem sendo discutido sobre a retomada do Plano Safra, retomada da política nacional de agroecologia do Estado e, também, sobre a proposta de refeições, para entender como vem ocorrendo nos estados. A Secretaria-Extraordinária faz parte de participação do controle social, além dos diálogos sociais, e vem retomando, também, ações de formação e capacitação no âmbito do Sisan. Então, para os dias 13 e 14 de abril de 2023, tem-se a proposta de consolidar esse documento, passar por uma discussão com as instâncias superiores do governo e depois submeter à aprovação do pleno ministerial da Caisan. Comentou sobre o Acordo de Cooperação com o MIR para garantir que as ações do Ministério coloquem como público prioritário a população negra, especialmente mulheres negras, também direcionado para a grande maioria das Secretarias do MDS que fizeram propostas para um plano de trabalho para conseguir

atingir esse objetivo. E, ainda, tem-se um Acordo com a Corregedoria Nacional de Justiça para recursos oriundos de multas para apoiar iniciativas de combate à fome, e que no campo do monitoramento, tem dialogado com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a retomada da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Retomada do Mapa em SAN visto que esse instrumento acompanha a situação de déficit nutricional de crianças de zero a cinco anos acompanhados pelo Bolsa Família. Elaboração de um novo Mapa SAN que traga informações sobre equipamentos, políticas, instância de governança e participação do Sisan. Falou sobre retomadas, começando pelas ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Bolsa Família, informou valores atualizados, regras de proteção. Também sobre o Orçamento de 2023 para repactuação da assistência social. Comentou sobre o repasse de recurso para atualização do Cadastro Único, para o fortalecimento emergencial do atendimento, reajuste real do salário mínimo. Falou sobre o Programa Aquilomba Brasil que representa uma ampliação do Brasil Quilombola, e de eixos temáticos como: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos da cidadania, grupos de trabalho para propor ações afirmativas, Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), do Ministério da Igualdade Racial, e também, políticas importantes como Plano Juventude Negra Viva (PJNV), entrega de títulos de propriedades definitivas de quilombolas, 30% de cargos comissionados para negros e indígenas. Anúncio do Lula, atual Presidente do Brasil, de crédito extraordinário incluso o recurso para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), mais recursos para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para garantir acesso às Terras Indígenas e para a promoção e proteção de direitos dos povos indígenas. A Sra. Valéria Burity sugeriu uma organização para que outros ministérios na próxima Plenária também apresentem suas atualizações. Passou a palavra para a Sra. Elisabetta Recine, que deixou o momento de pronunciamento aberto para que os representantes do Governo pudessem fazer anúncios ou atualizações rapidamente. Depois, passou a palavra para Solange Freitas, representante do FNDE/MEC, que agradeceu retornar à Plenária do Consea, comentou a importância de discussão das políticas de gestão no Brasil, sobretudo para falar do aumento do *per capita* depois de seis anos sem reajuste. Falou sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando que a primeira decisão tomada foi o uso do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para aplicar esse reajuste. A primeira opção foi um aumento linear pelo IPCA, para todas as modalidades trazendo o acumulado entre fevereiro de 2017 e janeiro de 2023; os estados, o Distrito Federal e os municípios receberam a segunda parcela paga no mês de março de 2023. O índice variou entre 28-39% da definição do reajuste e foi distribuído de forma a beneficiar o maior número possível de estudantes e que o maior número possível recebesse um aumento mais significativo. Então, focou-se no ensino fundamental e médio, que concentram mais da metade dos alunos de toda a educação básica, para que recebessem um aumento real nos valores, acima do IPCA acumulado, que deu 39%, passando de 36 centavos para 50 centavos. Na sequência dessa redistribuição, buscou-se priorizar os alunos matriculados em escolas localizadas em Terras Indígenas, e em áreas remanescentes de quilombos, os matriculados na pré-escola, os estudantes indígenas e os remanescentes de Quilombo; priorizada em razão da insegurança alimentar histórica e também por terem sido afetados pela ausência das políticas públicas especialmente nos últimos quatro anos. E, com relação à pré-escola, tentou-se aproximar o valor que estava acima dos estudantes

de creche, até três anos de idade, e também por ser uma fase importante da vida da criança em que são formados os hábitos alimentares saudáveis, tendo o cuidado, igualmente, de atender a agenda transversal e multissetorial da primeira infância. Nesse sentido, o objetivo foi recompor integralmente a inflação acumulada a partir de 2017, e conceder para essas três modalidades um reajuste de 35%, e os valores depois destinados a atendimentos de creche, educação de jovens e adultos, bem como o atendimento educacional especializado e os participantes do programa de fomento ao ensino médio, o MTI, comentado o ajuste de 28%. Utilizou-se o IPCA excluindo os picos inflacionários e deflacionários do período. Buscou-se atender mais de 50% dos estudantes com aumento real. O desafio é garantir esse orçamento para 2024, e trabalhar em uma proposta a partir de agora com aumento sistemáticos, apoiado em algum indexador automático, além de dialogar com o Ministério da Economia, com o Legislativo, e tendo esse olhar onde os valores também reflitam um caráter mais redistributivo do Pilar, tentar instituir algum grupo técnico específico para ter esse olhar mais cuidadoso com relação ao caráter redistributivo. Destacou prioridades no FNDE aos povos indígenas e aos povos e comunidades tradicionais; em razão disso, farão um monitoramento em oito estados com indígenas e quilombolas. Irão propor um Acordo de Cooperação Técnica com a Funai e com o Ministério dos Povos Indígenas para educação indígena, uma ação contra o tabaco (ACT), com um olhar mais amplo, com infraestrutura de escola, livro didático, transporte escolar, dinheiro direto da escola para além da alimentação escolar. Informou que serão realizadas várias oficinas indígenas ao longo do ano, iniciando na Região Norte, provavelmente no mês de junho, com produtos específicos e padronizados para todos os colaboradores que atuam com áreas indígenas e comunidades tradicionais para trabalhos mais sistemáticos e assertivos com esses povos, e também assinar, nos próximos dias, a portaria de reinstalação do comitê gestor e do grupo construtivo. Anunciou que podem ser feitas indicações, com prazo até sexta-feira para convidados. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu à Sra. Solange Castro e passou a palavra para a Sra. Carmen Helena Ferreira Foro, Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, titular do Conselho pelo Ministério das Mulheres. A Sra. Carmen Foro declarou a importância do Consea para o Brasil, relembrou que a primeira reunião foi conturbada, por isso teve dificuldade de participar. Reiterou que gostaria de um maior envolvimento da equipe no debate, argumentando que as mulheres são as que mais sofrem insegurança alimentar, ainda mais quando são negras. Demonstrou grande alegria e contentamento com o retorno do Consea e da Caisan. Finalizou informando que indicará para a Presidenta postos-chaves que precisam estar acompanhando. A Presidenta agradeceu o discurso da Sra. Carmen Foro e informou que deve haver compreensão quanto aos desafios, com os retornos e as possibilidades. Declarou que, além do Ministério das Mulheres, viu que outros ministérios têm apresentado inúmeros desafios para recompor suas equipes, como também para atender tantas demandas. Reforçou que o momento não era o ideal, porém existia a necessidade urgente de começar, de organizar e aprimorar a composição dos diferentes grupos, de definir as estratégias em um espaço e que se tornava necessário estar aberto para um processo de aprimoramento e de compreensão de decisões nesse momento; e, ainda, que estas sejam adequadas e possíveis para o período. Reafirmou a importância do Ministério das Mulheres tendo em vista as desigualdades de gênero. Passou a palavra para a Sra. Patrícia Chaves Gentil fazer os informes da Sesan. A Sra. Patrícia Gentil iniciou comentando que a Sra. Lílian dos Santos

Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), assevera expectativa e perspectiva muito forte em relação ao PAA; pois trata-se de responder as principais demandas que estão acontecendo ao nível local fazendo mais uma conexão e uma integração, sobretudo com as cozinhas solidárias, um compromisso com essa agenda. Foram realizadas duas reuniões que o Consea participou: a primeira, ouvindo os estados e os municípios no conjunto de estratégias e programas de oferta das refeições, que mostrou uma diversidade de estratégias e expectativas de apoio do Governo Federal. Disse que a Sesan se encontra muito compromissada com essa agenda de retomada do PAA, e também, com que ele dialogue e apoie os estados e os municípios, além das cozinhas solidárias que estão tendo um papel importante na questão da oferta de refeições para as famílias em maior vulnerabilidade, da cisterna. Informou que conseguiram publicar o edital de justificativa para celebrar um instrumento com o Consórcio Nordeste, e também, buscando algumas tratativas com o Fundo Amazônia em parceria com o Memorial Chico Mendes, para pensar no contrato Sanear, que é o bioma específico da Amazônia. Existe a expectativa de construção do GT de SAN na Caisan, nessa perspectiva de construir uma estratégia de segurança alimentar e nutricional nas cidades e grandes centros urbanos entendendo que grande parte da população que está passando fome se encontra nas grandes cidades. Então, colocou que há uma expectativa de fazer discussão organizada sobre esse tema, e também convidou o Consea para entrar nesse processo com eles. Dispôs que é necessário discutir vários temas entre a agricultura urbana, equipamentos públicos, integração dos protocolos de atenção do SUS, Sisan, integração em nível local junto com Caisan, e contando com a participação do Consea. A Sra. Patrícia Gentil passou a palavra para a Presidenta Elisabetta Recine, que por sua vez passou a palavra para o Sérgio Delduque Nogueira Nobre, representante do Ministério das Cidades, da Gerência de projetos específicos da Secretaria-Executiva do Ministério. Comentou sobre a instituição do Programa Pró-Catador pelo Decreto nº 114.14 do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que recentemente foi feito com a colaboração de vários ministérios como o MMA e o MDS, que estiveram juntos nesse GT e reafirmou-se que o Programa Pró-Catador tem e terá grande relevância dentro do Ministério das Cidades, e conversa com a proposta do Consea. Após agradecimentos, passou novamente a palavra para a Presidenta do Consea. A Sra. Elisabetta Recine informou que o Consea está se organizando para conseguir, periodicamente, um informe para os Conselhos estaduais e para o conjunto de conselheiros e conselheiras da sociedade civil, e também do Governo, onde minimamente possa comunicar sobre o que está acontecendo nas participações. Ao final, passou a palavra para a Sra. Kathyana Buonafina, Secretária-Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, suplente da Ministra Esther Dweck, na Caisan. A Sra. Kathyana Buonafina comentou sobre um novo olhar da gestão, onde pode fazer gestão e política pública. Relembrou que a Caisan esteve junto no programa Pró-catador, auxiliando a Sra. Lilian Rahal e o MDS, onde fizeram juntos a Medida Provisória e o Decreto. Informou que o PAA conversou com o MDA para fazer um acordo de cooperação de maneira a trazer instrumentos para que consigam juntar MEC e Defesa com o MDA; e a gestão ajude a encontrar fornecedores da agricultura familiar. Informou sobre a busca para conseguir credenciar fornecedores voltados ao PAA, propagando para estados e municípios, provavelmente assinando um acordo de cooperação para tentar montar um programa nessa vertente. Apontou que houve a ideia de melhorar o processo para entregar mais na ponta, para facilitar e

aperfeiçoar, e que a Ministra quer trazer todos os recortes, trazer a visão de que desenvolvimento e compra pública podem ser configurados como grande instrumento indutor de um desenvolvimento econômico e social. Reafirmou a prioridade do atual Presidente da República, que disse que “não pode ter fome nesse país”. Passou a palavra para a Sra. Elisabetta Recine. A Presidenta agradeceu a participação e o alerta, pois em termos de sociedade civil é muito importante que tenham a oportunidade de conhecer esses processos internos para realmente contribuir para identificar os limites da implementação das políticas para que tenham essa participação ativa dentro do Conselho para contribuir com a identificação dos caminhos possíveis; e os caminhos que precisam ser superados também, dentro do fazer política pública. Passou a palavra para a Sra. Patrícia Chaves Gentil, Diretora de Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saúdável do MDS. A Sra. Patrícia Gentil informou que o MEC, o FNDE e o MDS, conjuntamente, assinariam, no mesmo dia da Plenária, um acordo de cooperação voltado para o fortalecimento e a implementação de ações conjuntas para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar com foco prioritário no PNAE, mas não somente o PNAE, havendo uma perspectiva de inclusão e de diretrizes voltadas para as escolas públicas e privadas. Então, além de um conjunto de atividades, de ações de diferentes ministérios, estarão incorporados tanto no apoio da oferta de produtos da agricultura familiar quanto em um conjunto de outras estratégias. A Presidenta Elisabetta Recine retomou a palavra para alguns comentários e depois abriu para o debate. Anunciou que, devido ao curto tempo, apenas três ou quatro falas seriam possíveis. A Presidenta perguntou para a Sra. Valéria Burity sobre a oficina que estava prevista para a semana seguinte, com o objetivo de consolidar as propostas que vão configurar o Brasil Sem Fome, pois estava interessada em saber como estava prevista a participação do Consea nesse evento. O Sr. Julian Pérez Cassarino, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), demonstrou preocupação sobre a articulação do Consea com os ministérios, e a volta ou ampliação dos programas e ações como PAA, PNAE, programa de estímulo à produção de alimentos saudáveis, ações em torno da alimentação saudável, Plano Safra, e Plano e Política Nacional de Agroecologia sendo repensada. Desabafou que a sensação que se tem, às vezes, é que cada ministério está lançando e propondo ações e que precisam ver como podem intervir nessas ações, no sentido de participar do processo de construção e de colaborar nesse processo. O Sr. Edgard Moura, da Agentes de Pastoral Negros (APN), ressaltou que tem a mesma preocupação que o Sr. Julian Pérez Cassarino, e sugeriu resgatar os GTs que tinham dentro de várias ações que envolviam os ministérios. Relembrou que existia GT no FNDE para discutir alimentação escolar, com representantes da CP5 e da CP6, para apropriação desses programas e, ao mesmo tempo, para trazer contribuição usando o papel do Conselho consultivo. A Sra. Mariana Santarelli, da FIAN Brasil, assim como o Sr. Julian Cassarino e o Sr. Edgar Moura, comentou que não compreende a participação do Consea nesses espaços com relação à institucionalidade e que acredita que alguns ministérios de forma intersetorial estão reconstituindo as comissões gestoras dos programas, como no caso do PAA e do PNAE, e assim reorganizando o grupo consultivo formalmente, com algumas das organizações do Consea sendo convidadas. Apontou que está preocupada com a participação do Consea nos próximos momentos de regulamentação da Caisan, especialmente com os programas que estão sendo pensados por parte do MDA; falou que havia uma prática no passado do Plano Safra, devendo ser apresentado para o Consea em uma Plenária, dentro do tempo

possível, para se fazer recomendações reais. Adicionou que gostaria de saber se poderia ser possível neste ano, considerando o tempo das coisas, como uma demanda especial ao MDA para organizar essa participação do Consea em relação as suas políticas e programas. Sobre o regimento interno do Consea, sugeriu que ocorra uma explicação para entendimento comum sobre metodologias de incidência que se tem, através dos instrumentos de exposição de motivos e recomendações, para uma compreensão melhor de como o Consea se expressa, como ocorre nas CPs, o tempo e a metodologia de aprovação pela Plenária do Consea. A Sra. Patrícia Goés de Oliveira, do Conselho Brasileiro de Produção Orgânica e Sustentável (Orgânicos Brasil) relembrou que o tema que leva aos debates é sobre alimentos orgânicos, e recordou o tema que a Sra. Valéria falou nesta Plenária sobre as compras públicas. Iniciou a fala citando os agricultores familiares, quilombolas e MST, e disse que gostaria de propor que o próximo passo para a compra pública fosse direcionado para agricultores orgânicos certificados. Lembrou que o orgânico certificado já tem toda uma fiscalização quanto à mão de obra, então não há risco de mão de obra escrava. Sugeriu retirar os convencionais e que somente se pudesse entregar esse depois, visto que isso faria com que muitos outros agricultores buscassem ter suas próprias certificações orgânicas, resolvendo, assim, o problema relativo ao meio ambiente. Então, sugeriu deixar isso em uma pauta, para poder virar uma política pública para entrega de compra pública, certificado de orgânico em terceira instância. O Sr. Antônio Adevaldo Dias da Costa, representante do Memorial Chico Mendes, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, iniciou dizendo que, em relação ao Amazonas, questionou a execução dos planos e estratégias, com perguntas: “em algum lugar isso já começou a funcionar?” e “Começou a rodar?”. Falou em relação aos espaços estaduais do Amazonas, inclusive na Secretaria de Educação, defendendo que deve haver ações do FNDE e de poderes “mais fortes” de fiscalização do Programa para Agricultores Familiares. Disse que os extrativistas e os produtores orgânicos irão continuar sem fornecer produto para esse Programa, dando continuidade a esse programa as grandes empresas que financiam as campanhas dos prefeitos e dos governadores. A Sra. Valéria Burity comentou sobre o PAA, lembrou que a Sra. Lilian informou a intenção de retomar a formação de estoque, já previsto no decreto, mas isso depende da nova resolução do grupo gestor. Indicou que o grupo gestor do PAA vai ser formado por MDS, MDA, Conab e Fazenda, no entanto terá um comitê assessor com dez órgãos e dez representantes da sociedade civil, e o Consea também indicará, fora outros conselhos como Condraf e CNAPO. Comentou sobre nomear as equipes, restituir o normativo, retomar esses processos. Informou que a Caisan deliberou a participação dessa formação na última reunião, e disse que haverá a reunião de cada GT para desenhar o GT, a agenda, os produtos e tem convidado o Consea, não garantindo a participação presencial. Respondeu a Sra. Regina dizendo que o AQuilomba Brasil está no MIR, tendo diversas ações para a população negra, povos e comunidades tradicionais. A parte de crianças, viu-se essa deficiência na última Plenária do Consea, e o que tem de fato mais evidente é o Programa Bolsa Família, o benefício para a primeira infância, mas levantarão com os outros ministérios aquelas que se voltam mais para a criança e prever que esse benefício varie para a primeira infância, e também para adolescentes. Informou que o MDA estava disponível para vir falar que, neste momento, está ainda desenhando o Plano Safra e outros programas. Comentou que falou com a Sra. Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do MDA, e que ela está à disposição ir a uma próxima Plenária apresentar todos os programas que o MDA está reorganizando.

A Secretária Valéria Burity respondeu ao Conselheiro Irio Conti que não tinham recursos para o Sisan nos estados, informou que queriam, primeiro, retomar os convênios que já existiam, pois muitos estados não estavam com boa execução desses convênios, estavam retomando esses diálogos para se organizar a partir dessa escuta, para entender as necessidades – porém, com um grande desafio de financiamento, fazendo rodas de conversa. Estavam pleiteando ter orçamento para conseguir de fato apoiar o Sisan nos territórios. Informou que a Caisan estava se reorganizando, com nomeações inconclusivas, então, após esse resultado seriam feitos os GTs para as conferências e as comissões, além do Pacto da oficina que precisava de uma mobilização estadual. A Presidenta solicitou para as diferentes CPs e a CPCE que indicassem representação para o grupo de trabalho de acompanhamento de incidência no Brasil Sem Fome, nas reuniões que estavam acontecendo em Brasília. Falou que não havia possibilidade de participação virtual ou da vinda de outros conselheiros naquele momento em que se estabeleciam os GTs, e que as informações deveriam ser repassadas para dentro do GT, e assim, seria possível participar. O ponto de pauta da apresentação do roteiro da reunião das comissões permanentes ficou para o início da tarde, após o almoço. O arquivo desse roteiro das CPs foi enviado por e-mail para os conselheiros e, provavelmente, para os presidentes estaduais porque não tiveram acesso à pauta detalhada da reunião da CPCE. Assim, a Presidenta sugeriu para os participantes a leitura, no horário do intervalo do almoço. Reafirmou o comentário da Conselheira Mariana Santarelli sobre a apresentação da Secretária-Executiva Marília Leão onde poderiam ter estado os instrumentos de pronunciamento que o Consea possui; no entanto, a Secretária fez essa complementação no *chat* da reunião. A Sra. Elisabetta Recine leu a explicação, com basicamente os seguintes instrumentos: as resoluções como um instrumento interno de organização das ações do Consea, sendo os instrumentos externos oficiais as exposições de motivos e as recomendações, e, ainda, outro instrumento, por exemplo, são os relatórios de estudos; tanto as resoluções quanto as exposições de motivo nascem do trabalho das comissões permanentes ou dos grupos de trabalho. Por isso, ressaltou a Presidenta que se torna importante começar a funcionar nessa dinâmica para evitar que uma recomendação caia na Plenária sem ter tido uma discussão anterior na comissão permanente ou no grupo de trabalho onde o tema tem significado. O mesmo vale para as exposições de motivos antes de irem para deliberação final da Plenária, complementou a Sra. Elisabetta Recine, lembrando que as exposições de motivos seguem para a Presidência da República, e as recomendações, para os diferentes ministérios, e dependendo, também, para o próprio Presidente. Logo, tanto a questão da qualidade quanto da problematização são essenciais, devendo ser encaminhados documentos que tenham uma consistência interna e que sejam validados, destacou a Presidenta do Consea. A Sra. Marília Leão complementou a fala da Sra. Elisabetta Recine informando que houve muitas mudanças na legislação devido à burocracia nos últimos anos, inclusive mudanças que prejudicam o processo da transparência e dificultam a proposição de novos documentos; de tal modo é relevante o diálogo. Então, disse que o Consea estava tendo o cuidado de solicitar pareceres de todas as questões quando se fazia necessário. Colocou que uma mudança ou uma legislação que muda pode alterar a forma de envio de documentos para o Presidente da República, aparentemente somente o Ministro pode assinar uma exposição de motivos, mas isso, ressaltou a Secretária-Executiva, ainda não estava totalmente esclarecido para os Conselhos. Então, informou que estava sendo preparado um pedido de parecer e

orientação para a CONJUR (Consultoria Jurídica) para ter certeza do encaminhamento dos documentos do Consea. Contudo, prosseguiu a Secretária-Executiva, por enquanto considera-se valendo os três documentos: resoluções, recomendações e exposição de motivos. **Ponto de Pauta: Apresentação da Resolução sobre Observadores 2023**. Seguiu-se a apresentação da Resolução sobre Observadores 2023. A Presidenta trouxe sugestões de alterações ou acréscimos que foram aceitos até às 20h00 do mesmo dia da Plenária, para garantir a legalidade, a legitimidade dos pronunciamentos e das definições. Anteriormente, foi discutido no GT de organização dessa Plenária e chegou-se a uma proposta que parecia viabilizar de uma maneira transparente e representativa o Grupo de Observadores do Consea; segundo o regimento, o conjunto de observadores até 2018 era definido da seguinte forma: organismos das Nações Unidas, outros Conselhos, organizações de caráter nacional que não estavam representados no Consea, - configurado no coletivo de observadores -, onde a participação seria para assistir, ressaltando que para ter fala não tem nenhuma incidência no sentido do processo deliberativo do Conselho, e a participação ocorre de forma irregular, isto é, participavam à medida que determinada pauta da Plenária era interessante para eles. Alguns eram mais regulares, outros menos, chegaram a mais de 100 sugestões vindas de Conselhos, organizações, etc. Colocou que a ideia de que os observadores tenham representação de caráter nacional, são setores que não estão representados no Consea, que não tenham nenhum conflito de interesse com a essência da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, com os princípios do direito humano, e que não tenham conflitos de interesse no sentido de contribuírem para violações de qualquer ordem ao direito humano em geral, e ao direito à alimentação em particular. Para aquelas organizações que o Consea recebeu sugestões, ou que elas diretamente entraram em contato manifestando interesse de se tornarem observadores, o Consea mandaria uma comunicação informando que iria abrir um período de inscrição para os interessados. Com a lista disponível, a Mesa Diretiva homologaria as inscrições para verificar a conformidade de critérios que a resolução estabelece e, a partir disso, seria apresentado para a Plenária dentro daquele conjunto de inscrições homologadas para que possam escolher três. Então, seguiu Marília Leão, cada conselheiro titular ou suplente em exercício de titularidade faria a escolha de três organizações daquele conjunto; e, dentre as sessenta organizações que mais tiverem indicações, seriam escolhidas as convidadas para a categoria de observadoras do Consea pelo período de um ano. Completado o período de um ano, a manifestação de interesse precisaria ser renovada e confirmada pela Plenária. Para toda inscrição para a categoria de observadores, seria necessário que o representante legal (o representante máximo daquela organização) assinasse uma declaração de não haver conflito de interesses. Isso seria importante para assegurar que nenhuma atividade prática ou anúncio dessa organização feriria os princípios de defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e da alimentação como bem público. Insistiu, Marília Leão, que todos os conselheiros e conselheiras deveriam ler para indicar se tivessem alguma observação, e que enviassem para o e-mail da Secretaria até às 20h00 da presente data. Seguiram-se comentários antes do encerramento do turno matutino. A Sra. Elisabetta Recine fez algumas complementações sobre a ata da cerimônia de posse, que era necessária a aprovação até o dia seguinte ao final da atividade, para que fosse possível deflagrar alguns processos internos dentro da Presidência da República, e informou sobre a elaboração de duas atas: uma Ata da posse relativa à cerimônia no Palácio do Planalto, e a outra Ata da Plenária propriamente dita,

que ocorreu na tarde do dia 28 (vinte e oito), dia inteiro do dia 1º (primeiro), e na manhã do dia 2 (dois) de março de 2023. Mencionou que essa ata ainda não estava pronta e que seria enviada futuramente. Esclareceu que algumas pessoas mandaram mensagem falando que perderam o prazo da inscrição para participar das comissões permanentes desta tarde, informou que não era um problema e que quem se inscreveu já estava alocado na comissão que escolheu. Complementou ainda que, quem não teve essa oportunidade, que nesta data de hoje seria feita a alocação manual. Então, até às 14h30 seria feita uma apresentação do roteiro, e quem não pôde escolher seria encaminhado diretamente para a comissão que escolheu. A Sra. Elisabetta Recine falou sobre o Comitê Consultivo que a Sra. Solange Castro informou sobre o PNAE, que o documento que o propôs tem a participação de diferentes organizações da sociedade civil inclusive muitas que estão hoje representadas no Consea, e que esse pedido de designação de representação foi enviado diretamente para a organização. Acrescentou que a Secretaria analisou a lista de organizações disponíveis que podiam contribuir com o PNAE, mas que não estavam como representantes lá enquanto organizações, e identificou as organizações que estão no Consea e que poderiam contribuir com o Comitê Gestor, e enviaram essas representações. A Presidenta do Consea informou, também, que já haviam iniciado as reuniões de organização do Plano Plurianual, e que elas têm uma dinâmica que é interna ao Governo, uma dinâmica de diálogo com a sociedade civil, por isso que era tão importante configurar o GT de PPA e Orçamento. E, além disso, seria comunicado em detalhes dentro da reunião da CPCE sobre uma etapa estadual do PPA. Então, a Sra. Elisabetta Recine ressaltou que era importantíssimo que os Conseas estaduais estivessem nesse processo, e com calendário para poderem incidir da maneira mais efetiva na etapa de cada um dos seus estados. Afirmou que havia a desatualização do website do Consea, e dessa forma algumas informações do Consea estavam sendo veiculadas via site da Secretaria-Geral da Presidência da República. Informou que estavam mobilizando esforços possíveis para ter pelo menos um profissional de comunicação na equipe do Consea, para que pudesse fazer essa retomada de comunicação por meio do website ou de outras mídias autorais. Encerrou informando o e-mail do Consea para contato: seconsea@presidencia.gov.br, reenviou todos os documentos e agradeceu pela reunião dessa manhã. **Ponto de Pauta: Apresentação da síntese das CPs e CPCE**. Abertura e saudação da Presidenta do Consea, Sra. Elisabetta Recine, que passou a palavra para a representante da Comissão Permanente 1 (CP1), Conselheira Mariana Santarelli, da FIAN Brasil, para o relato dos trabalhos da Comissão. A Sra. Mariana Santarelli relatou que a CP1 será coordenada por ela e que a vice-coordenação estará a cargo do Conselheiro Irio Conti (especialista). Informou que a escolha do relator foi adiada para próxima reunião. A Conselheira informou que o nome escolhido para a CP é: “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Monitoramento e Agenda Internacional de SAN”. A ementa adotada é a seguinte: “Esta CP aborda os temas estruturais para a implementação e funcionamento do Sisan, a partir da voz e participação ativa dos sujeitos de direito, tais como a reconstrução e o fortalecimento da governança do sistema, participação e controle social, co-financiamento, PPA e orçamento participativo, relações e pactuação federativa, pactuação e articulação interpoderes, critérios de adesão ao sistema, conflitos de interesse, relações interconselhos e intersistemas, com ênfase no SUS e SUAS. Trabalhará de forma articulada com a CPCE e em cooperação com a CAISAN, de modo a fortalecer a intersetorialidade, a gestão interfederativa, a participação social,

formação, informação e educação em segurança alimentar e nutricional para gestores, profissionais, participantes do controle social e a elaboração do Plano Nacional de SAN. Esta CP também será responsável pelo acompanhamento da agenda internacional, articulando com demais CPs, a depender do tema, incluindo os macrodesafios como pobreza, mudanças climáticas, sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional. Entram na agenda temas em curso como Cúpula dos Sistemas Alimentares, espaços de atuação internacional (CPLP, CSA) e monitoramento de acordos internacionais. Outros temas relevantes para esta CP: mecanismos de exigibilidade no âmbito do Sisan (em articulação com a CP-DHAA), monitoramento de indicadores de insegurança alimentar no Sisan, com especial atenção a PCTs e Povos Indígenas, Orçamento Público de SAN. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção "temas prioritários e transversais a todas as CPs". As palavras-chave da CP são: Sisan, intersetorialidade, governança, pactuação federativa, co-financiamento, macrodesafios e agenda internacional. A Conselheira relatou ainda que a CP apresentará, na próxima Plenária, proposta de criação de um Grupo de Trabalho do Consea sobre Agenda Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional. Na sequência, a representante da Comissão Permanente 2 (CP2), a Conselheira Inês Rugani, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), relatou que a CP2 será coordenada por ela e que a vice-coordenação estará a cargo da Conselheira Vanille Pessoa, da Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN). Informou que o nome escolhido para a CP é "Ambientes Alimentares, Alimentação Adequada e Saudável e Nutrição" e que a CP2 não indicou um relator. Disse que a ementa adotada é a seguinte: "Esta CP abordará os temas das agendas regulatória, fiscal e tributária com a perspectiva de apresentar recomendações para que a reforma tributária e outras mudanças nas leis promovam saúde e bem-estar e previnam doenças e mortes evitáveis, bem como aumentem a oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos termos do Guia Alimentar para População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, e também criem tributos sobre produtos que causam danos à saúde, como bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, assim como ao meio ambiente, como agrotóxicos e combustíveis fósseis. Esta CP tratará de temas relacionados à promoção da alimentação adequada e saudável, políticas públicas e medidas regulatórias para construção de ambientes e entornos alimentares saudáveis (como as ações e medidas para monitoramento e fiscalização, pela Anvisa e demais autoridades competentes, da implementação da nova norma de rotulagem nutricional), os desfechos da alimentação na saúde coletiva, a utilização dos Guias Alimentares supracitados como indutores de políticas públicas, Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diferentes oportunidades e com diferentes públicos, políticas públicas voltadas para a melhoria do estado nutricional da população brasileira e organização da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS). Debaterá sobre formas de alcançar mudanças na legislação e concentração de mercados e incentivos às formas predatórias e violadoras de produção de alimentos, incluindo os grandes projetos de energias renováveis e por justiça fiscal. Também abordará a prevenção e controle de conflitos de interesse na definição e implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, em diálogo com a CP1 e CP4. Outros temas que orientarão os debates da CP são: sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas e determinantes de todas as formas de má nutrição; valorização da cultura alimentar em sua diversidade, promoção da alimentação

adequada e saudável, promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar adequada e saudável e infância. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção 'temas prioritários e transversais a todas as CPs'. As palavras-chave da CP são: sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas; ambientes alimentares; conflitos de interesse; agenda regulatória; todas as formas de má-nutrição; aleitamento materno; alimentação adequada e saudável". A representante da Comissão Permanente 3 (CP3), Sra. Vanessa Schottz, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) passou, então, a relatar os trabalhos da Comissão. Informou que a coordenação da Comissão será exercida por ela e que a vice-coordenação estará a cargo da Conselheira Sandra Marli, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Colocou que o nome adotado pela Comissão é "Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável" e que a ementa de trabalho é a seguinte: "Os temas a serem tratados nesta CP estão relacionados aos direitos territoriais, produção e abastecimento de alimentos adequados e saudáveis e políticas de acesso aos recursos renováveis. Temas convergentes como Sindemia Global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, sistemas alimentares justos e sustentáveis, crise climática, fomento e apoio à produção agroecológica no campo e na cidade, e fortalecimento da agricultura familiar e campesina. Sobre direitos territoriais, serão priorizados debates sobre terra e território, demarcações, titulações e concessões. Serão debatidos também Reforma Agrária, inclusive questões como a alimentação nos acampamentos, fomento à produção de alimentos, acesso a tecnologias produtivas e a mercados (inclusive mercados institucionais) por assentados e acampados da reforma agrária. Tratará de políticas de acesso à água, de forma a reforçar a importância dessas políticas para região Nordeste, mas também a urgência da expansão dessas políticas para outros territórios, além das questões relacionadas aos impactos da mineração sobre os territórios e a água. Também tratará de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, com olhar sobre fomento, crédito e seguro agrícola; o apoio e assistência técnica à agricultura familiar; o fortalecimento do Pronaf; o Plano Safra da Agricultura Familiar; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; o acesso de agricultores familiares a mercados; os programas de compras institucionais da Agricultura Familiar, inclusive o PAA e o PNAE; a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) em diálogo com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), políticas de resgate e valorização das sementes crioulas, combate aos agrotóxicos e às sementes transgênicas, dentre outras. Debater e propor formulações para uma Política Nacional de Abastecimento como eixo articulador e promotor do diálogo com vários temas e desafios dos sistemas alimentares justos, saudáveis e sustentáveis da produção ao consumo, em diálogo com a Caisan. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção 'temas prioritários e transversais a todas as CPs'. As palavras-chave da CP são: Produção, abastecimento, agricultura familiar e camponesa, produção orgânica e agroecológica, direitos territoriais, acesso à água". O relato dos trabalhos da Comissão Permanente 4 (CP4) foi realizado pela Conselheira Daniela Frozi, da Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), escolhida para coordenar a Comissão. A Conselheira informou que a vice-coordenação estará a cargo do Conselheiro Carlos Eduardo Fernandes, da Rede Fale. Apontou que a Comissão não indicou relator e que a ementa adotada foi a seguinte: "O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), suas dimensões, princípios e mecanismos de exigibilidade têm sido historicamente tratados

no âmbito do Consea no sentido de incorporá-los nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. Esta CP, em articulação com outras instâncias de proteção e promoção dos direitos humanos, em especial o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), pode contribuir com acompanhamento de denúncias e monitoramento de violações relacionadas ao DHAA, em especial das violações de direitos territoriais, geracionais (com ênfase na infância e juventude), étnicos-raciais, de gênero, violações de direitos de refugiados e estrangeiros e do acesso à água. Especial atenção deve ser dada às violações relacionadas à soberania alimentar e nutricional dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades alimentares especiais e segmentos sociais que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional (ex: pessoas em situação de rua, acampadas(os) da reforma agrária, catadoras(res) de materiais recicláveis, crianças, adolescentes, juventude e população idosa, entre outros). Cabe a esta CP debater e formular recomendações ao Estado, inclusive ao Poder Legislativo e ao Sistema de Justiça para respeitar, proteger, promover, prover, monitorar e avaliar a realização do DHAA. São ainda temas desta Comissão a recomendação da criação de mecanismos de exigibilidade no âmbito das políticas públicas; estratégias de formação em DHAA para o empoderamento das(os) titulares deste direito, a prevenção e controle de conflitos de interesse na formulação de marcos legais e políticas para garantia do DHAA. A agenda da Comissão prevê a busca por formas de incluir e transversalizar o debate sobre o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas de crianças, adolescentes, juventude e população idosa, segmentos vulnerabilizados da população, inclusive refugiados emigrantes, LGBTQIA+ e população carcerária no Sisan. Além disso, nas abordagens da promoção, proteção, apoio e reparação, e no contexto de ameaças e graves retrocessos em relação ao DHAA é fundamental a abordagem de direitos humanos, pautada nas normativas nacionais e internacionais e nas políticas públicas, bem como o permanente diálogo entre a sociedade civil e o Poder Público, para a exigibilidade do DHAA, incidindo nos âmbitos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Sistema de Justiça, nacional e internacionalmente. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção 'temas prioritários e transversais a todas as CPs'. As palavras chaves da CP são: Direito humano à alimentação adequada, pobreza, insegurança alimentar e nutricional, iniquidades dos sistemas alimentares, justiça alimentar, violações dos direitos humanos, exigibilidade de direitos humanos". O representante da Comissão Permanente 5 (CP5), Conselheiro Edgard Moura, da Agentes de Pastoral Negra, apresentou à Plenária a proposta de dividir a Comissão Permanente em duas: uma para tratar da soberania e segurança alimentar e nutricional da população negra e enfrentamento aos racismos, e outra para tratar da soberania e segurança alimentar e nutricional dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Presidenta do Consea franqueou a palavra à Plenária para manifestações sobre a proposta. A Conselheira Regina Nogueira (Kota Mulangi), do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), manifestou-se favoravelmente e argumentou que se trata de uma demanda recorrente das representações dos Povos e Comunidades Tradicionais do Consea por um espaço de concertação entre Governo e sociedade civil sobre questões e pautas singulares desse segmento populacional. A Conselheira Renata Menache, especialista, questionou se a divisão da CP em duas não ocasionaria um esvaziamento das duas novas Comissões, ao que a Secretaria-Executiva do Consea respondeu que, se confirmada a divisão, a Comissão Permanente dedicada a SSAN da população negra e enfrentamento do

racismo teria apenas um conselheiro titular. Deste modo, não havendo outros inscritos, a Presidenta do Consea submeteu a proposta à apreciação da Plenária, que a aprovou por aclamação. Ficou definido, então, que o nome da CP5 é: “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e Enfrentamento ao Racismo”. Foi colocado que a coordenação da CP5 ficou a cargo do Conselheiro Edgard Moura, da Agentes de Pastoral Negra, e a vice-coordenação da Comissão ficou vacante, visto que, nos termos do Regimento Interno do Consea, tal função deve ser exercida por conselheiros titulares da sociedade civil, e nenhum outro conselheiro titular da sociedade civil aderiu à Comissão. Colocou que a Comissão não indicou relatores e que a ementa da CP5 é a seguinte: “Esta comissão terá como escopo dos seus debates as iniquidades de raça nas políticas públicas e no sistema alimentar, a discriminação étnico-racial, a erradicação do racismo, a superação dos mecanismos de racismo estrutural, institucional e ambiental e a promoção da igualdade e justiça racial, a partir do olhar da população negra e o enfrentamento ao racismo. Tratará da soberania, da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada da população negra. A CP5 levará em conta os recortes de etnia, raça, gênero, idade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, como a relação campo e cidade, bem como a relação entre esses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade. Propor mecanismos que assegurem o acesso efetivo às políticas públicas da população negra e como se dá a forma de enfrentamento ao racismo e o alcance da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional desta população. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção "temas prioritários e transversais a todas as CPs. As palavras-chave da CP são: População negra, direitos territoriais e patrimoniais, segurança alimentar e nutricional, cultura alimentar, racismo estrutural, institucional e ambiental”. Atribuiu-se, então, o número 7 à Comissão Permanente criada a partir da cisão da CP5. Assim, o nome definido para Comissão Permanente foi: “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais”. Colocou-se que a coordenação da CP7 ficou a cargo da Conselheira Regina Nogueira (Kota Mulangi), do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), e a vice-coordenação a cargo do Conselheiro Antônio Adevaldo, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, com a seguinte ementa da CP: “Esta comissão terá como escopo dos seus debates as iniquidades de raça nas políticas públicas e no sistema alimentar, a discriminação étnico-racial, a erradicação do racismo, a superação dos mecanismos de racismo estrutural, institucional e ambiental e a promoção da igualdade e justiça racial a partir do olhar dos povos e comunidades tradicionais e sua ciência e forma de combater estas iniquidades. Tratará da soberania, da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), priorizando temas relacionados aos direitos territoriais e patrimoniais, terra e território; demarcações, titulação e concessão e reforma agrária, cultura alimentar e práticas alimentares tradicionais, políticas públicas e racismo estrutural, institucional e ambiental, biodiversidade, etnodesenvolvimento e inclusão produtiva. Esta CP7 incluirá nos seus debates o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais. Terá como debate a soberania e segurança alimentar e nutricional de Povos e Comunidade Tradicionais nos termos dos Decreto 6.040/2007 e Decreto nº 8.750/2016. Tratará, também, do monitoramento e aprimoramento de políticas e

programas tais como PAA e PNAE entre outros, propondo mecanismos que assegurem o acesso efetivo dos povos e comunidades tradicionais às políticas públicas. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção 'temas prioritários e transversais a todas as CPs'. As palavras-chave da CP são: Povos e Comunidades Tradicionais, direitos territoriais e patrimoniais, violações de direitos, cultura alimentar, gestão ambiental e territorial, saúde, modos de vida, alimentação escolar, provimento de alimentos". Colocou-se que a Comissão Permanente número 6 (CP6) não se reuniu em razão da impossibilidade de seus membros de participar da Plenária. Contudo, o Plenário aprovou, em caráter provisório, o seguinte título para a Comissão: "Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas", e aprovou também a seguinte ementa provisória: "Esta Comissão terá como pauta debater a situação de emergência alimentar e violações de direitos dos Povos Indígenas, após anos de desmonte das instituições e políticas públicas. Deverá debater e propor o monitoramento da situação de insegurança alimentar e nutricional das etnias em maior vulnerabilidade tais como o povo Yanomami (impactados pela invasão das terras indígenas pelo garimpo, contaminação dos rios e apresentando altas taxas de mortalidade e morbidade, desnutrição infantil e adulta e mortalidade infantil). Discutir prioridades para o provimento alimentar e ações emergenciais e estruturantes para o Povo Guarani-Kaiowá, sem desconsiderar outros povos em situação de emergência. A comissão tem por objetivo discutir, monitorar, avaliar e propor políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional a partir da perspectiva dos povos indígenas como sujeitos de direitos e articular mecanismos que assegurem o acesso efetivo dos povos indígenas às políticas públicas. O Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos indígenas é indissociável do direito à terra e ao território. Sua agenda abrangerá temas como os direitos territoriais e patrimoniais, o conhecimento tradicional, o acesso a água, a cultura alimentar, os programas de transferência de renda e de distribuição de alimentos, a alimentação escolar, a gestão ambiental e territorial, a sustentabilidade, o resgate de sementes tradicionais e fomento à formação e bancos de sementes in situ nos territórios, a produção sustentável de alimentos, o fomento e a assistência técnica e extensão rural indígena, a saúde indígena, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas em geral e em face às mudanças do clima, os impactos da mineração e das grandes obras de infraestrutura, entre outros. Considerar as especificidades das práticas de produção de alimentos de cada bioma. Além do monitoramento das ações, projetos, programas e políticas sob a perspectiva da intersetorialidade executados pelo Poder Executivo, a CP6 irá monitorar, no âmbito do Poder Legislativo, a tramitação de Projetos de Lei e de Emendas Constitucionais afetos aos temas supracitados e os processos judiciais relacionados à regularização de terras indígenas junto ao Poder Judiciário. A CP deverá trabalhar também os temas listados na seção 'temas prioritários e transversais a todas as CPs'. As palavras-chave da CP são: Povos indígenas, direitos territoriais e patrimoniais, violações de direitos, cultura alimentar, gestão ambiental e territorial, saúde, modos de vida, alimentação escolar, provimento de alimentos". Definiu-se, ainda, o Conselheiro Antônio Ricardo Domingos da Costa (Dourado Tapeba), da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES – APOINME, como coordenador interino da Comissão. A Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (CPCE) indicou como Coordenador o Sr. Jean Pierre Tertuliano Câmara. Nos termos do inciso VI, Art. 2° do Decreto n° 6.272 e do inciso II do §3º do Art. 9º do Regimento Interno do Consea, a Coordenação da CPCE deve ser

exercida por Presidente de um Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Cabe registrar que o Sr. Jean Pierre, indicado pela CPCE para coordenação da Comissão, não exercia na data desta reunião Plenária a Presidência de Consea Estadual, mas sim era membro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte. A Secretaria-Executiva e o Plenário do Consea desconheciam essa informação. Registre-se, igualmente, que a coordenação da CPCE tem natureza colegiada e, regimentalmente, deve ser composta por um coordenador e dois vice-coordenadores. Contudo, os membros da Comissão indicaram apenas o coordenador, ficando vacante as duas vice-coordenações. **Ponto de Pauta: Encerramento**. Como resultado dos trabalhos dessa sessão plenária, 01 (uma) Resolução e 02 (duas) Recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Resolução nº 2/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a definição do processo de composição de observadores do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República; Recomendação nº 3/2023/CONSEA/SG/PR – sobre o reconhecimento da "Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, das Camponesas e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais"; Recomendação nº 4/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a proposição e o empenho do Governo brasileiro na realização da reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP) antes da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, prevista para o início do segundo semestre de 2023. Encerrada a Plenária, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARILIA MENDONCA LEAO
Data: 27/12/2024 11:46:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.